

A redacção de um diário regional católico como espaço de socialização

Luísa Teresa Rebolo Ribeiro

Universidade do Minho

Resumo

Os estudos sobre os meios de comunicação social da Igreja Católica portuguesa não abundam, apesar da multiplicidade de títulos que possui. No sentido de contribuir para suprimir esta lacuna e para aumentar o número de pesquisas sobre a imprensa regional, esta investigação centra-se na redacção do *Diário do Minho* - um diário regional católico com sede em Braga - como um espaço de socialização, no qual os jornalistas, quer estejam a começar a sua carreira ou já estejam iniciados no exercício profissional, aprendem as regras de uma organização com algumas especificidades e estabelecem relações pessoais.

Introdução

A Igreja enquanto grupo de comunicação social tem merecido a atenção de alguns autores, uma vez que inclui muitos e diversificados órgãos. Nobre-Correia dizia, há cerca de dez anos, que nenhuma Igreja tinha “um poder comparável ao da Igreja Católica portuguesa no sector dos *media*” (Nobre-Correia, 1996:93). Contudo, as mudanças no panorama mediático nacional acabaram por fazer com que este actor tenha perdido importância porque, “excluindo a RR, e com a perda da TVI, não há outro meio a nível nacional” (Silva, 2004:12), embora continue a possuir uma multiplicidade de títulos, na maior parte com tiragens bastante limitadas.

Apesar da diminuição do seu peso no sector da comunicação social, o certo é que os títulos da Igreja Católica continuam a ser um objecto de estudo interessante devido às especificidades que apresentam em relação aos que têm uma vocação claramente comercial. Tal como refere Fernando Correia,

“o lucro que a Igreja visa enquanto grupo de comunicação social é fundamentalmente doutrinário e ideológico - se bem que, por um lado, como se compreende, a viabilidade dos órgãos tenha que ser minimamente assegurada e, por outro, existem empresas (como a Renascença e outrora a TVI) com uma posição assumidamente comercial e não exclusivamente, ou mesmo principalmente, confessional - e por isso mesmo, muitas vezes acusadas, dentro da própria Igreja, de cederem em demasia à lógica (tanto no plano económico como no cultural) imposta pelo mercado” (Correia, 1997:94 e 95).

O certo é que, em Portugal, os estudos sobre esta matéria “não abundam” (Correia, 1997:94). Nesse sentido, julgamos pertinente tentar perceber de que maneira é que um diário regional católico acolhe os jornalistas e os socializa. A investigação tentou testar

a hipótese de que a redacção de um diário com essas características funciona como um espaço de socialização, no qual os jornalistas, quer estejam a começar a sua carreira ou já estejam iniciados no exercício profissional, aprendem as regras de um jornal com algumas especificidades e estabelecem relações pessoais de amizade.

O objecto de estudo foi o *Diário do Minho*, um jornal com uma tiragem de nove mil exemplares, com sede em Braga, cujo aparecimento remonta ao dia 15 de Abril de 1919. O *Diário do Minho* afirma-se, segundo o Estatuto Editorial, como “um jornal de informação geral, de expansão regional e de inspiração cristã”. Tal como é indicado na sua ficha técnica, esta empresa é actualmente uma sociedade por quotas, pertencendo 75% ao Seminário Conciliar e 25% à Diocese de Braga, embora não seja o órgão oficial da Arquidiocese de Braga.

Os responsáveis pelo *Diário do Minho* têm, ao longo dos tempos, procurado manter a fidelidade ao Estatuto Editorial e afirmar a sua vocação diária, regional e católica. O antigo director do *Diário do Minho*, João Aguiar Campos¹, definia o jornal como um meio de comunicação que

“olha, cada vez mais intensamente, para o amplo espaço do Entre Douro e Minho, ainda que com particular e compreensível relevo para os distritos de Braga e Viana do Castelo (...) Como para muitos leitores o *Diário do Minho* é o único jornal, este não pode – não obstante o seu carácter regional – dispensar-se de proporcionar uma visão clara, ainda que resumida, do que de mais importante se passa em Portugal e no mundo, nas mais diversas áreas de interesse (Campos, 2004, 15 de Abril:6).

A vertente que julgamos ser mais pertinente para esta análise diz, no entanto, respeito ao facto de ser um jornal católico, pelas implicações que isto pode ter no trabalho dos jornalistas. O antigo director afirmava que

“a identidade católica condiciona tudo; mas condiciona, sobretudo, a linguagem que queremos simultaneamente firme e educada. Esta mesma identidade “proíbe” esquecimentos ou imperfeições nas matérias religiosas e no modo como acerca delas se informa – no esforçado equilíbrio de uma fidelidade que não escraviza e de um significado que ultrapasse o adro...” (Campos, 2004, 15 de Abril:7).

João Aguiar Campos socorre-se da “*Communio et Progressio*”, para dizer que a missão do jornal é

¹ Este trabalho foi efectuado numa altura em que o director do jornal ainda era o cónego João Aguiar Campos, que entretanto assumiu a presidência do Conselho de Gerência do Grupo Rádio Renascença. O lugar de director foi assumido pelo padre José Miguel Pereira, antigo assessor da direcção do jornal.

“enfrentar, por meio de informações, comentários e debates, todos os problemas e interrogações do mundo em que vivemos, à luz dos princípios cristãos. Compete-lhe, ainda, comentar e, se necessário, corrigir notícias referentes à fé e à vida da Igreja; ser espelho em que se reflectem as imagens do mundo e a luz do mundo e uma luz que ilumine; e ser lugar de encontro e confronto de ideias e opiniões” (Campos, 2004, 15 de Abril: 6).

O *Diário do Minho* não se encaixa, portanto, na reflexão que uma parte significativa dos autores faz a propósito do desejo da obtenção de lucro manifestado pela maioria das empresas de detentoras órgãos de comunicação social. O administrador do *Diário do Minho*, cónego Fernando Monteiro, afirma mesmo que a empresa não “procura apenas o cifrão” (Peixoto, 2004, 12 de Dezembro:9).

A parte empírica deste trabalho é composta por um inquérito e por três entrevistas. O inquérito foi aplicado aos 19 jornalistas do jornal que estavam no activo entre 20 e 24 de Dezembro de 2004, incluindo os das delegações, que se situam em Guimarães, Famalicão e Viana do Castelo, e às chefias, a fim de averiguar como é que estes profissionais vêem o funcionamento da redacção. Apenas uma pessoa não devolveu o questionário respondido. Por seu turno, as entrevistas foram feitas, na segunda quinzena de Dezembro, às três pessoas que realizaram o seu estágio curricular da licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho no *Diário do Minho*: José Carlos Lima (1998), Pedro Pires e Ricardo Vasconcelos (2004).

Pesquisa

Ao contrário das imagens que povoam os sonhos juvenis, a comunicação de massa é

“um trabalho colectivo e altamente organizado. O comunicador, no seu trabalho, não age sozinho. Ele faz parte de uma equipa, de uma empresa e de uma sociedade” (Lazar, 1991:118).

Estamos, portanto, longe do

“pretensão jornalista autónomo e senhor absoluto da sua vontade, mas sim perante um profissional sujeito, como qualquer outro, às vicissitudes e constrangimentos de um emprego e de um patrão” (Correia, 1997:229).

Quando chega a um meio de comunicação social, o jornalista é confrontado com uma política própria da organização. Ele encontra “coerções, variáveis consoante as instituições, que restringem a sua área de actuação” (Lazar, 1991:119). O que acontece frequentemente é que os jornalistas

“estão conscientes da política e da orientação ideológica de um jornal antes de irem trabalhar para lá e tentam escolher como local de trabalho o que mais se aproxime da sua posição, evitando *a priori* uma série de conflitos. Trata-se de uma auto-selecção que, associada à política de conformismo da empresa e a outros mecanismos de controlo, converge para a mesma finalidade: que o conteúdo do jornal esteja de acordo com a política da direcção” (Lazar, 1991:121).

Esta auto-selecção é perceptível nas entrevistas dos jovens que estagiaram no *Diário do Minho*, uma vez que os três já tinham um conhecimento prévio do jornal. José Carlos Lima esperava encontrar “um jornal católico, com algumas pessoas que conhecia e outras que admirava” desde o tempo em que teve jornalismo no ensino secundário (Lima, 2004: entrevista). Já Pedro Pires ficou “muito bem impressionado” numa visita que fez à empresa durante o curso, porque lá encontrou “tudo o que têm os jornais nacionais, apesar de ser numa escala mais pequena” (Pires, 2004: entrevista). Por seu turno, Ricardo Vasconcelos refere que sempre leu o *Diário do Minho* e “conhecia minimamente a linha editorial” (Vasconcelos, 2004: entrevista).

Apesar de ser desejável que as pessoas tenham um conhecimento prévio da orientação da empresa para a qual vão trabalhar, até para evitar possíveis atritos, isso não é absolutamente necessário. O jornalista

“não precisa de ter um conhecimento prévio da política do jornal. A maior parte dos directores não precisa de dizer aos seus funcionários aquilo de que gosta e de que não gosta. A forma como os assuntos são tratados faz com que os membros da empresa compreendam a linha que está ser seguida” (Lazar, 1991:121).

Esta questão é perceptível pelo material que o *Diário do Minho* fornece aos “novatos” e pelas correcções que são feitas aos seus trabalhos. Em relação ao “material” que receberam à chegada ao *Diário do Minho*, 16 dos 18 jornalistas disseram ter recebido informações verbais sobre a redacção (organização, funções, horários e rotinas), seguindo-se 14 que afirmaram ter recebido informações verbais sobre o modo de funcionamento da empresa e 10 que asseveraram ter recebido informações verbais sobre o horário e funções do jornalista e 9 que declararam ter recebido o Estatuto Editorial. Com os valores mais baixos surgem aqueles que referiram não ter recebido qualquer informação (1 jornalista) e os que disseram ter recebido o Livro de Estilo (2 jornalistas). Estes dados são curiosos, uma vez que a correcção dos textos dos “juniores” incide principalmente na questão do estilo.

Apesar de ser pedido à maioria dos recém-chegados que faça o mesmo tipo de trabalho que os mais velhos – 12 pessoas disseram que lhes foi proposto o mesmo trabalho que à maioria dos colegas e 5 que lhes foi pedida a elaboração apenas de notícias breves –, as chefias de redacção têm o cuidado de rever os textos (13 jornalistas – 72,22% – declararam que os seus textos eram alvo de revisão, contra 5 – 27,78% - que afirmaram que os artigos não eram revistos). Os jornalistas que viram os seus textos revistos retiraram desse processo sobretudo informações relativas aos estilos jornalísticos (54,54%), seguindo-se informações relativas ao estilo de escrita do *Diário do Minho* (27,27%) e dados relativos à valorização dos assuntos feita pelo jornal (18,18%).

Esta tendência é confirmada pelas entrevistas. José Carlos Lima diz:

“todos os textos eram revistos e no início eram revistos com muita severidade, demonstrando que uma coisa é o que se aprende na universidade e outra é o estilo de escrita de um jornal regional” (Lima, 2004: entrevista).

Já Pedro Pires destaca:

“No meu estágio houve uma coisa que eu considero que foi importante para aprender mais a nível de escrita, que foi o facto de o padre João Aguiar rever todos os textos e dizer “isto está bem, isto está mal, acho que deves mudar isto e aquilo”. (...) O padre João chamou-me a atenção para o facto de eu usar figuras de estilo que não sabia que utilizava. (...) Na parte final do estágio, não eram assim tantas as correcções (...). Uma vírgula aqui, uma vírgula ali”. O ex-estagiário sublinha, no entanto, que “na parte inicial, lia os textos das outras pessoas para ver como é que elas faziam” (Pires, 2004: entrevista).

Por seu turno, Ricardo Vasconcelos refere que, por vezes, o chefe de redacção corrigia a estrutura do texto, dizendo “é melhor começar por aqui porque esta ideia é mais importante do que aquela” e que notou que

“a partir de determinada altura as correcções incidiam na simplificação da linguagem (...) Nunca me foi dito que eu não podia dizer isto ou aquilo porque a linha editorial contemplava mais aquele tipo de informação do que o outro. (...) De qualquer forma, [a correcção] era mais ao nível do estilo do texto do que das ideias” (Vasconcelos, 2005: entrevista).

Este comportamento é explicado por G. J. Robinson, que diz que os “novatos” adquirem um modo de sancionar ou de dar sentido à informação lendo o próprio meio para o qual trabalham, considerando as observações do chefe de redacção e as posições dominantes no trabalho da redacção. Isto significa que

“a discriminação do que é noticiável está condicionada, no contexto do trabalho profissional, pelos *news judgment*, um conjunto de elementos que sobressaem durante a avaliação do ênfase que vai ser dado a um relato, da relevância e da inclusão na agenda diária (Robinson citado por Abril, 1997:316).

Certo é que todos os jornalistas sabem qual é a linha editorial, mesmo os recém-chegados. José Carlos Lima diz:

“Sempre tive bastante liberdade para escolher os assuntos que achava importantes para tratar. Havia alturas em que seguia os assuntos que me eram indicados na agenda e noutras tratava os temas que considerava pertinentes” (Lima, 2005:entrevista).

Não obstante 5,56% dos jornalistas apresentarem sempre sugestões para trabalhos, 44,44% frequentemente, 44,44% ocasionalmente e 5,56% raramente, só uma pessoa diz ter feito uma proposta que colidia com a linha editorial, embora sem especificar qual.

Para além disso, existe um grande consenso acerca dos temas que são mais valorizados. Quando questionados acerca desta matéria, a religião destaca-se como a área que os jornalistas pensam que é mais valorizada no *Diário do Minho* (40,53%), seguindo-se os assuntos ligados à sociedade (21,62%), política (16,21%), desporto (8,1%), cultura (5,4%), região (5,4%) e Braga (2,7%).

Apesar da especificidade do jornal, 13 dos 18 jornalistas que responderam a esta questão disseram que o facto de o *Diário do Minho* ser um jornal católico não condiciona a sua actividade. Os cinco que se sentem condicionados destacam a forma como os assuntos são abordados, a rejeição de temas que ponham em causa a credibilidade da Igreja, a atenção/destaque especial que é dado ao tratamento dos assuntos da Arquidiocese de Braga e a linguagem mais selectiva e criteriosa. De notar que todos os jornalistas (100%) afirmam que são católicos.

A aprendizagem da linha editorial é compreensível se tivermos em conta que, tal como referiu Warren Breed (Breed em Traquina, 1993: 152 a 166), as organizações noticiosas desenvolvem estratégias de forma a conseguirem o conformismo dos jornalistas em relação à política empresarial. Segundo Breed, para ultrapassar os obstáculos que podem dificultar a aceitação da política editorial por parte dos jornalistas, surgem mecanismos que fazem com que os repórteres “vistam a camisola” do meio de comunicação onde trabalham. A aceitação da política editorial pode ser conseguida através de regras explícitas ou implícitas, sendo estas últimas as mais frequentes. O mais certo quando um novato chega à organização é ter de “aprender as regras por osmose”, o que em termos sociológicos é equivalente a dizer “socializar-se e aprender as regras como um neófito numa subcultura” (Breed em Traquina, 1993:155).

No caso do *Diário do Minho*, quando questionados sobre com quem é que aprenderam as regras de funcionamento, mais de metade dos jornalistas dizem que foi com as chefias (53,85%). Em segundo lugar surgem os colegas de redacção (30,77%), seguindo-se jornalistas de outros órgãos de comunicação social (7,69%), os que

aprenderam sozinhos (3,85%) e os que aprenderam com “outros” (com o director) (3,85%).

Em relação aos estagiários, as opiniões divergem. José Carlos Lima diz:

“a aprendizagem foi feita mediante as orientações que as chefias de redacção me davam e, sobretudo, os temas e as questões que o director despertava. Aprendi mais com os outros do que sozinho. Na altura, ainda não tinha grande à-vontade com os colegas, mas profissionalmente eles estavam dispostos a ajudar-me e eu pedia a ajuda deles quando necessitava” (Lima, 2004: entrevista).

Pedro Pires destaca a importância da revisão dos textos, mas sublinha que houve coisas das quais se foi apercebendo sozinho.

“Muitas das coisas que eu sei fazer, aprendi sozinho, como por exemplo a trabalhar com computadores. Quando me interesse por alguma coisa tento aprender sem estar a perguntar. Uma dúvida ou outra que tivesse poderia perguntar a uma ou outra pessoa”, explica (Pires, 2004, entrevista).

Ricardo Vasconcelos enfatiza o papel dos colegas na aprendizagem (Vasconcelos, 2004: entrevistas). Os colegas desempenham, de facto, um papel importante no trabalho dos jornalistas. Das 17 pessoas que responderam à questão sobre se costumam trocar opiniões com os colegas de redacção acerca do que é notícia, todas deram resposta positiva, embora varie a frequência com que isso é feito: duas fazem-no sempre, 10 frequentemente, 4 ocasionalmente e 1 raramente. Os jornalistas destacam o clima de cooperação que existe na redacção, sendo que há apenas uma pessoa que considera que se vive um clima de competição. Já em relação às trocas de opiniões com jornalistas de outros órgãos de comunicação sobre o que é notícia, 2 jornalistas afirmam nunca fazer tal coisa, 5 raramente, 7 ocasionalmente e 3 frequentemente.

No *Diário do Minho*, apenas duas pessoas disseram não ter amigos na redacção. Dez jornalistas afirmaram que há momentos de convívio fora do local de trabalho, enquanto 8 asseveraram que não. Falando em relação ao seu círculo de amizades para além do trabalho, 4 têm muitos amigos jornalistas, 11 têm alguns amigos jornalistas e 3 não têm amigos jornalistas.

A questão da comunicação entre jornalistas de diversos órgãos tem sido abordada por diversos autores. Por exemplo, Donsbach destaca o facto de os jornalistas comunicarem com os seus pares em ordem a acederem a uma realidade partilhada. A importância dos colegas também é enfatizada num inquérito a jornalistas de cinco países. Entre 65 por cento (EUA) e 84 por cento (Suécia) dos profissionais dizem que os “outros jornalistas na minha redacção” são muito ou bastante importantes como guias na hora de decidir o que cobrir e como (Donsbach, 2004:140).

Já Dominique Wolton se interroga sobre qual é “a maior angústia” dos jornalistas. Para o investigador,

“não é relatar os factos, porque isso faz parte, hoje em dia, da ordem natural das coisas, mas sim saber se os seus colegas escolheram os mesmos factos e se têm deles a mesma compreensão. O que separa e distingue hoje os jornalistas uns dos outros não são tanto os factos como a interpretação destes. Se vários jornalistas, pertencentes a diferentes formas de imprensa, verificam que reagiram da mesma maneira a este ou àquele facto nacional ou internacional, tendem a concluir que, apesar das suas divergências, viram o essencial do acontecimento. Por outras palavras, reagir mais ou menos da mesma maneira é, para eles, a prova de uma boa percepção da realidade. Mas não se apercebem de que esta reacção semelhante não remete forçosamente para uma percepção objectiva da realidade e, sim, para a existência de uma cultura profissional comum” (Wolton, 1999:227).

Aqui entronca o que Soloski chama “profissionalismo jornalístico”, que estabelece padrões e normas de comportamento (colocando a objectividade como meta) e, ao mesmo tempo, determina o sistema de recompensas profissionais. Para este autor,

“o profissionalismo é um método eficiente e económico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores (...). As organizações confiam na interacção do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas (Soloski em Traquina, 1993: 92).

A questão do profissionalismo é, justamente, um dos itens que Warren Breed apresenta na lista de “estratégias” usadas pelas empresas para conseguirem o conformismo no seio das redacções. Este autor destaca a importância da autoridade institucional e das sanções, mas também do respeito, admiração e agradecimento para com alguns editores (Breed em Traquina, 1993: 157 a 161).

Estas constatações são confirmadas pelas respostas que os jornalistas do *Diário do Minho* dão à pergunta “O que o leva a obedecer à chefia de redacção?”. Dos 14 que responderam, 9 destacaram o facto de gostarem das pessoas, 6 o desejo de serem valorizados no seio da redacção e 2 temerem ser discriminados na atribuição de tarefas menos interessantes e importantes. Com uma resposta cada um surge o medo de ser despedido, temer ser discriminado nos aumentos salariais e temer ser discriminado na marcação da agenda. A obediência também pode estar relacionada com o elevado nível de concordância que se verifica no seio da redacção. Duas pessoas concordam sempre com as decisões das chefias da redacção, 14 frequentemente e uma ocasionalmente. No caso de discordarem, 6 apresentam sempre o seu ponto de vista, 5 frequentemente, 4 ocasionalmente e 2 raramente.

As aspirações de mobilidade são um facto que não deve ser negligenciado na criação de conformismo em relação à política editorial. Este pode ser um factor importante se

tivermos em conta que a redacção do *Diário do Minho* é composta por jornalistas com idades compreendidas entre os 25 e os 57 anos, que exercem a profissão há relativamente pouco tempo, predominando os intervalos “Menos de 5 anos” e “Entre 5 e 9 anos”, com 6 jornalistas em cada um, seguindo-se “Entre 10 e 14 anos”, com 3, e “Entre 15 e 20 anos”, com dois. Com mais de 20 anos de profissão há apenas um. Verifica-se a mesma tendência na questão relativa ao tempo de trabalho na empresa *Diário do Minho*, uma vez que 88,33% dos jornalistas estão no jornal há menos de 10 anos.

Não obstante, o *Diário do Minho* tem algumas *nuances* no seu sistema interno de valorização. José Carlos Lima explica que quem aborda os temas mais valorizados pelo jornal

“tem mais probabilidades de fazer manchetes e chamadas à primeira página, coisa que dificilmente um jornalista de desporto conseguirá, uma vez que o desporto só é manchete no *Diário do Minho* em circunstâncias muito especiais” (Lima, 2004: entrevista).

O jornalista sublinha, no entanto, que é preciso distinguir a valorização no seio da edição, com a chamada à primeira página, da valorização no seio da redacção.

“Uma pessoa não é valorizada internamente apenas pelo facto de fazer muitas primeiras páginas, mas também pelo seu esforço, pela capacidade de tratar os temas da forma mais pertinente, de tratar as questões de maneira correspondente aos anseios das chefias, de não cometer *gaffes*, de ajudar os colegas... As pessoas acabam por reconhecer os jornalistas que se esforçam, que mais não seja com uma palmada nas costas e com um “obrigado”», afirma (Lima, 2004: entrevista).

Warren Breed defendia que o prazer de desempenhar a actividade jornalística é um dos factores que fazem com que os repórteres sigam a política editorial (Breed em Traquina, 1993: 158). De facto, apenas uma pessoa (5,56%) da redacção do *Diário do Minho* disse não gostar da sua actividade, embora sem especificar o motivo. Os 17 que gostam de ser jornalistas apontam a vontade de servir o interesse público, o gostar de saber para informar e formar a sociedade, o dinamismo e a diversidade do trabalho, o prazer de conhecer diferentes realidades pessoais, desde as pessoas mais qualificadas até aos analfabetos, o facto de ser um teste permanente, um estímulo e um desafio às capacidades pessoais e de possibilitar o contacto com factos que “passam ao lado” de muita gente. Como aspectos negativos apontam os condicionalismos, as pressões e o facto de ser uma profissão mal remunerada.

Conclusão

Os resultados do inquérito e das entrevistas permitiram confirmar a hipótese de trabalho de que a redacção do *Diário do Minho* é um local de socialização, no qual os jornalistas aprendem as regras profissionais, mas também estabelecem laços afectivos.

O inquérito permitiu perceber que a redacção é bastante jovem, tanto ao nível do número de anos em que os jornalistas exercem a sua actividade profissional como do período de trabalho no *Diário do Minho*. Apesar da formação superior de grande parte das pessoas, sendo numa percentagem significativa na área da Comunicação Social, o jornal serve como local de aprendizagem dos géneros jornalísticos e das regras de escrita da própria organização. Os antigos estagiários destacam a importância do jornal na aprendizagem das regras básicas do jornalismo, que serve de base para o exercício profissional noutros órgãos de comunicação social, sendo depois necessário fazer a adaptação apenas às características específicas do novo local de trabalho.

A aprendizagem é feita, sobretudo, com as chefias de redacção, embora os colegas também desempenhem um papel importante na adaptação às regras da organização. O relacionamento pessoal afigura-se, aliás, como um dos pilares estruturantes do funcionamento da redacção. “Gostar das pessoas” é a explicação apontada pelo maior número de pessoas para obedecer às chefias, numa redacção em que existe um elevado grau de concordância em relação às decisões dos superiores hierárquicos.

Da mesma forma, mais de 90 por cento dos jornalistas referem que se vive um clima de camaradagem no seio da redacção, na qual há troca de opiniões acerca do que é notícia e, segundo o testemunho dos estagiários, disponibilidade para a partilha de contactos. Esta relação de trabalho acaba por se traduzir na criação de laços de amizade entre os jornalistas e na existência de momentos de convívio para além do horário laboral.

Os jornalistas manifestam também uma grande unanimidade em relação aos assuntos que são mais valorizados pelo jornal, havendo apenas uma pessoa que admite alguma vez ter apresentado uma proposta que ia contra a linha editorial. Apesar de a religião ser o assunto mais valorizado, a ponto de o antigo director dizer que essa é uma matéria onde não são admissíveis «esquecimentos ou imperfeições», 13 dos 18 jornalistas (72,22%) dizem que o facto de o *Diário do Minho* ser um jornal católico não condiciona o seu trabalho. Todos os jornalistas afirmam que são católicos.

Bibliografia

- Abril**, Gonzalo, *Teoría general de la información*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997
- Breed**, Warren, *Controlo social na redacção. Uma análise funcional* em N. Traquina org. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, Lisboa, Veja, 1993, pp 152-166
- Campos**, João Aguiar, *Três palavras essenciais*, Revista comemorativa dos 85 anos do *Diário do Minho*, 2004, 15 de Abril, pp 5-7
- Correia**, Fernando, *Os jornalistas e as notícias*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997
- Donsbach**, Wolfgang, *Psychology of news decisions – factors behind journalists' professional behaviour*. *Journalism*, 2004, Vol. 5, N.º 2, pp 131-157
- Lazar**, Judith, *Sociologie de la communication de masse*, Paris, Armand Colin, 1991
- Nobre-Correia**, J. M., *A cidade dos media*, Porto, Campo das Letras, 1996, pp 93-94
- Peixoto**, Abílio, *DM em convívio de Natal*, *Diário do Minho*, 2004, 12 de Dezembro, pp 9
- Silva**, Elsa Costa, *Os donos da notícia. Concentração da propriedade dos media em Portugal*, Porto, Porto Editora, 2004
- Soloski**, John, *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico* em N. Traquina org. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, Lisboa, Veja, 1993
- Wolton**, Donimique, *Pensar a comunicação*, Algés, Difel, 1997